



Da dir. para a esq.: Cícero Dantas Martins, Barão de Jeremoabo, seu filho João da Costa Pinto Dantas e a baroneza D. Mariana da Costa Pinto

O jogo das facções

IBARÊ DANTAS

QUANDO SE PENSAVA que as fontes sobre Canudos estavam bem conhecidas e devassadas, eis que surge uma novidade: a publicação das cartas recebidas pelo Barão de Jeremoabo. Político militante, Cícero Dantas Martins (1838/1903), além de ser considerado “um dos mais ativos e combativos homens públicos da Bahia” era, “possivelmente, o maior

proprietário dos sertões”. Com suas 61 propriedades rurais (59 na Bahia e 2 em Sergipe), sua influência abrangia vários municípios, expandindo-se, muitas vezes, pelos governos estaduais e pelo parlamento nacional.

Chefe do Partido Conservador, nem por isso deixava de ter amigos no concorrente Partido Liberal. Com a emergência da República, seu prestígio persistiu. Mas, na época das expedições do Exército contra os seguidores de Antonio Conselheiro, seu grupo político estava na oposição, alvo de retaliações. Apesar disso, sua figura persistia como um interlocutor privilegiado, considerado por parentes, amigos e correligionários. Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, parece ter sido um homem sistemático, dedicando-se a administrar seus bens e alimentar seu poder, através de uma constante e atenta atividade

de epistolar. Segundo um seu biógrafo, Cícero Dantas anotava a data da chegada e da resposta de cada correspondência e, ao todo, teria escrito mais de 44.000 cartas entre 1879 e 1903, numa média de 1.432 por ano.

Canudos: Cartas para o Barão, dotado de fino acabamento gráfico, é apresentado pela laureada historiadora Consuelo Novais Sampaio, que aparece como organizadora da obra. Contém dois ensaios: O primeiro, “Canudos, a posição do Barão de Jeremoabo”, é mais um esboço biográfico do Barão, escrito pelo seu trineto, Álvaro Dantas de Carvalho Jr., bastante informativo, voltado para esclarecer a posição daquele político em face da questão enfocada. No ensaio seguinte, “Canudos, a construção do medo”, Consuelo Novais apresenta uma interpretação arguta, a qual comentaremos adiante. Seguem a transcrição de 70 cartas, quase todas dentro do período 1894/97. Apenas uma foi escrita pelo Barão. As demais são dos amigos: autoridades do Judiciário, da Igreja e da Guarda Nacional, fazendeiros e comerciantes, todas trazendo referências mais ou menos ricas sobre o movimento de Antonio Conselheiro.

Sabendo-se que cartas constituem-se em fonte histórica peculiar pela informalidade, intimidade e naturalidade com que muitas vezes se revestem, tornam-se precioso material sobretudo quando trazem espontâneas revelações. No caso das missivas dirigidas ao Barão, além dessas características, elas são expressivas também por mostrar como os grupos dominantes viam e sentiam as ações dos conselheiristas, bem como as atitudes governamentais. Para um tema que tem sido interpretado de variadas formas, desde as mais reducionistas até aquelas mais abertas às suas diversas manifestações, as correspondências recebidas por Cícero Dantas Martins, Barão de Jeremoabo, trazem um grande enriquecimento à historiografia do assunto. Ao final do livro, ainda consta a relação dos missivistas e algumas informações biográficas de cada um dos interlocutores do Barão.

Além desse material empírico inédito e inestimável sobre os acontecimentos relacionados a Canudos, o ponto alto da publicação é o ensaio da doutora Consuelo Novais Sampaio. Ao tempo em que empreende a contextualização bastante inteligente e bem circunstanciada do ambiente em que as missivas foram redigidas, procurando visualizá-las em seu conjunto, a autora mostra como o medo afetou os estratos dominantes. Firmada em seleta bibliografia, a historiadora defende a tese de que esse medo foi construído e marcado

por dois fantasmas: o da restauração monárquica, servindo “a interesses políticos da esfera federal” e o das fazendas destruídas, que se manifestou “onde a guerra teve lugar, mas também serviu de elemento aglutinador das classes dominantes”. Aí, destaca-se a questão da propriedade, prejudicada pelo êxodo dos trabalhadores para Canudos e ameaçada por supostas invasões de conselheiristas. Tudo isso apontava para uma situação insustentável, superdimensionada pelos boatos de efeitos avassaladores. Mas, ao tempo em que a historiadora procura demonstrar a questão central, indica outro ponto não menos importante, que é a manipulação pelas facções políticas, especialmente por parte das autoridades governistas, da experiência de Antonio Conselheiro. Após afirmar que “o fenômeno Canudos só pode ser compreendido a partir das ações da classe dirigente”, Consuelo Novais vai mostrando como as primeiras medidas tomadas pelas autoridades constituídas parecem voltadas sobretudo para debelar a influência dos políticos adversários.

As divergências entre militares e civis, as substituições de autoridades municipais, inclusive promotores e escriturais, as protelações de providências solicitadas, os recuos das forças armadas estaduais, na fase inicial, a falta de um tratamento mais sério e planejado da questão, tudo vai contribuindo para agravar as relações entre as forças governamentais e os conselheiristas pois, conforme acentua, “o importante era destruir a facção rival”. Ou seja, as resoluções sobre a questão Canudos estavam subordinadas à luta política entre as facções.

Embora a História não trabalhe com o que poderia ter acontecido, mas com o que aconteceu, fica no entanto a especulação sobre alternativas de uma solução negociada, que terminou se inviabilizando, resultando no maior massacre humano de nosso País.

Por esse breve comentário descritivo, o leitor deve ter percebido a fertilidade do livro *Canudos: Cartas para o Barão*, na medida em que condensa num mesmo volume rico material empírico, prato feito para os historiadores e estudiosos da temática e, ao mesmo tempo, uma análise interpretativa perspicaz e fecunda, não apenas pelo que explicita, mas também pelo que sugere, em linguagem fluente, desprovida de pedantismo e agradável de se ler.

■ José Ibarê Costa Dantas é cientista político; autor de *O Tenentismo em Sergipe* (1974) e *A Revolução de 1930 em Sergipe*, 1983, entre outros.